

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.651 - SC (2019/0299064-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : JOAO DANIEL RIBEIRO VELOSO GOMES E OUTROS  
**ADVOGADOS** : DAISY CRISTINE NEITZKE HEUER - SC014909  
RICARDO ALEXANDRE DEUCHER - SC015796  
JOAO DANIEL RIBEIRO VELOSO GOMES - SC0055409  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : R R  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de R.R. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do HC n. 4028060-08.2019.8.24.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 217-A c/c o art. 226, II, na forma do art. 71, todos do Código Penal (estupro de vulnerável, por mais de dez vezes). O Juiz *a quo* recebeu a denúncia e indeferiu o pedido de oitiva da vítima em juízo, determinando a perícia psicológica.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que não conheceu do *writ* em acórdão assim ementado (fl. 18):

***HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA, EM TESE, DO CRIME PREVISTO NOS ARTIGOS 217-A C/C 226, II, AMBOS DO CP (POR DUAS VEZES). ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE OITIVA DA VÍTIMA EM JUÍZO. VIA ELEITA INADEQUADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO, SALVO FLAGRANTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, INEXISTENTE NA HIPÓTESE. WRIT NÃO CONHECIDO.***

No presente *writ*, o impetrante sustenta cerceamento de defesa pelo não conhecimento do *habeas corpus* originário.

Alega que *"no caso concreto a impetração está atrelada a questões que implicam consequências gravíssimas ao desenrolar do processo, encontrando-se o paciente sujeito a ser julgado com base em prova extrajudicial, por um lado, e sem poder ouvir e perguntar questões à vítima, em sede de instrução e julgamento. O modelo*

# Superior Tribunal de Justiça

*acusatório foi colocado de parte e é a liberdade do paciente que está em risco" (fls. 7/8).*

Aduz que o indeferimento da oitiva da vítima viola a Lei n. 13.431/2017.

Diz que a audiência está marcada para o dia 21/10/2019 e a ausência da vítima viola a lei.

Argumenta que a prova pericial não supre a necessidade da oitiva da vítima em juízo e o depoimento das vítimas costuma ser decisivo no mérito das lides desta natureza.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela concessão da ordem a fim de que se determine ao juízo a inquirição da vítima na forma prevista no art. 8º da Lei n. 13.431/17 na audiência de instrução e julgamento.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator

